



lado, não se esquece da sua importância e necessidade. Por outro, tem dificuldades em articular uma concepção do homem e da política propícia ao cultivo da dita excelência. Se, como subtilmente sugere Rabieih, os liberais não se importam de elogiar a coragem na vida privada dos homens, é nítido o seu desconforto quando se trata de elevá-la ao pedestal do domínio público. Contudo, é legítimo supor que uma versão liberal da política que se envergonha da coragem estará em apuros quando precisar combater os seus inimigos, ou quando vir a cidadania que a suporta esvair-se numa existência apática, egoísta, prosaica e hedonista em que o acto nobre, o sacrifício e o dever perdem sentido. Nos nossos tempos, não podemos prescindir de saber o que a coragem é, nem por que razão jamais perderá o seu estatuto de excelência da alma. Parafraseando o general Nícias do *Laques*, não podemos ignorar o que um homem bom deve saber. Não há melhor lugar por onde começar do que o *Laques* de Platão, acompanhado por *Plato and the Virtue of Courage*.

\* INVESTIGADOR DO INSTITUTO DE ESTUDOS POLÍTICO E DOCENTE DA FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

## Cidadania Uma visão para Portugal

Com prefácio de Roberto Carneiro e introdução de Luís Barbosa, trata-se de uma recente compilação de textos de personalidades da sociedade civil portuguesa, com certa diversidade de pontos-de-vista: Mário Soares, Diogo Freitas do Amaral, António Correia de Campos, Augusto Santos Silva, Eduardo Marçal Grilo, Francisco Louçã, Joaquim Gomes Canotilho, Jorge Miranda, José Manuel Fernandes, Miguel Cadilhe, Miguel Veiga, Paulo Teixeira Pinto e Teresa Ambrósio.

O que é a cidadania e quem é o cidadão? Cidadão é o titular dos direitos políticos e dos deveres de cidadania. E que deveres são esses? Freitas do Amaral cita Aristóteles e Karl Popper quando diz que o bom cidadão é o bom governante, que actua apenas no sentido do bem-comum; e é também o bom governado, que escolhe o bom governante e expulsa o mau. O governante é, aliás – e como refere Jorge Miranda –, também um cidadão; e não deve ser considerado membro de algum tipo de casta especial da sociedade. Partindo do que defende Freitas do Amaral, que só

POR ANTÓNIO VIEIRA DA CRUZ \*

nas democracias há verdadeiros cidadãos, podemos avançar no argumento de Miranda: a democracia, pela periodicidade da consulta aos governados, permitiria estreitar as relações entre estes e os governantes, bem como o exercício da capacidade crítica pelos cidadãos e uma cultura de participação e debate. Os deveres de cidadania serão assumidos no âmbito da lei – se bem que a disparidade entre o legal e o real, como nota Augusto Santos Silva, seja um dos grandes problemas da actualidade; dever prioritário de cidadania, segundo Canotilho, será a “inclusão dos excluídos”. Podemos confrontar esta posição com a de Miranda, para quem importa impedir a discriminação das minorias, preservando a sua identidade. E nem sempre é fácil a integração das comunidades de imigrantes. José Manuel Fernandes sublinha que é necessário haver patriotismo para que haja cidadania, e assinala o aparecimento de novos tipos de cidadãos, como os *bloggers*, que apelida de “cidadãos jornalistas”. Já Miguel Veiga refere-se a si próprio, “cidadão militante”.

A cidadania tem de se adaptar aos tempos. Ser – –se cidadão no século XXI, sugere Teresa Ambrósio, é ser vigilante e não se limitar ao simples voto; delegar poder, mas não todo; vigiar quem nos representa. Na chamada pós-modernidade, novos desafios se avistam para o bom exercício da cidadania. Os conflitos religiosos e civilizacionais

põem em causa o multiculturalismo e a tolerância, refere Roberto Carneiro; e Fernandes levanta outra questão: será que nos interessa um multiculturalismo que, em nome da diversidade, deixa de fazer distinções entre o bem e o mal? Paulo Teixeira Pinto critica o relativismo dominante. O cenário pode escurecer um pouco mais: vários autores lembram a advertência de Popper acerca da televisão como perigo para a democracia e a sociedade aberta: Fernandes aponta o dedo aos media, que, assumindo-se intermediários entre os governantes e os restantes cidadãos, quebraram a relação directa que existia, ou deveria existir; Teixeira Pinto recorda que, não havendo comunicação transparente, não há consciência de responsabilidade cívica. A televisão aparece como sumo juiz da popularidade daqueles que concorrem a lugares de governação; os partidos tornam-se simples marcas, representando produtos sucedâneos. Panorama consumista ao qual se devem pôr limites: Miranda adverte para o risco de se preferir ser consumidor, espectador e/ou utente – e não eleitor, cidadão. Ao pessimismo e à indiferença responde-se com mais cidadania. Novos movimentos de cidadãos, políticos e sociais, surgem para colmatar as falhas dos partidos e sindicatos, como indica Teresa Ambrósio.

Como se produzem bons cidadãos? Mediante uma «educação para a cidadania»? Não, certamente, pela via *zapaterista*, flagrante perversão que invade a própria esfera da formação das consciências e ofende gravemente a liberdade de educação. O Estado nunca poderá substituir-se à Família na formação de pessoas livres e responsáveis, e só estas podem ser autênticos cidadãos.

Roberto Carneiro contrasta a realidade dos anos 50, onde a influência do lar, da escola e da religião era grande, com os anos 90, onde a influência destes três pilares já teria sido ultrapassada pela televisão e pelos pares, o

que representa, pelo menos, a necessidade de repensar a educação para a cidadania nos dias de hoje. Encarar o Estado como produtor de direitos sem que lhe correspondam responsabilidades, é encarar o Estado como entidade exterior a nós. Segundo Marçal Grilo, a educação para a cidadania deve formar cidadãos responsáveis, com autoconfiança, disciplina, rigor, iniciativa, gosto pelo risco, capacidade de liderança e de trabalho em grupo. Para tal, aponta os valores que protegem a cidadania: liberdade, respeito pela verdade, tolerância, lealdade, solidariedade, humildade, respeito pela democracia. O cidadão deve ser formado na cultura, diz Teresa Ambrósio, tendo em vista combater o extremo tecnicismo da educação de hoje.

Para além da cidadania nacional, neste livro também são abordados outros tipos de cidadania mais ou menos polémicos, como a cidadania europeia, lusófona e mundial. Se cidadania significar o poder e o dever de nos pronunciarmos quanto a tudo o que a todos respeita, então Soares terá razão quanto à possibilidade de uma cidadania mundial. Partindo do preâmbulo da Declaração Universal dos Direitos do Homem, Santos Silva afirma o “ideal a ser atingido por todos os povos e nações”. Já Gomes Canotilho considera que a cidadania (do Estado de Direito democrático-constitucional) não deve ser sacrificada por tal utopia.

Freitas do Amaral apresenta, em síntese, «10 graus de cidadania», e Jorge Miranda faz propostas concretas para a revitalização das instituições, sua democratização e moralização. Se este livro foi acto de cidadania para quem o escreveu, pode também sê-lo para quem se disponha a ler com a atitude que se pede a um cidadão: com atenção e espírito crítico.

\* ALUNO DA FAC. DE CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIV. CATÓLICA PORTUGUESA



### Cidadania: Uma visão para Portugal

Lisboa, Grádiva / Instituto Humanismo e Desenvolvimento, 2007

